

## CAPÍTULO 11

# ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL NA INFÂNCIA. A EDUCAÇÃO NOS TEMPOS LIVRES

Por ANA M. CALVO SASTRE

### INTRODUÇÃO

O objectivo deste capítulo é proceder a uma aproximação à animação sociocultural na infância. Para isso, estruturámos o capítulo em quatro secções diferentes.

Na primeira, procederemos a uma série de precisões conceptuais em relação à educação, aos tempos livres e à animação sociocultural. A seguir, apresentaremos a animação sociocultural na infância no âmbito da animação sociocultural e da pedagogia do ócio. Numa terceira secção, apresentaremos os recursos e as actividades da animação sociocultural infantil que consideramos mais representativos. Finalmente, exporemos uma breve reflexão acerca do papel da indústria do ócio na animação sociocultural na infância.

### 1. EDUCAÇÃO, TEMPOS LIVRES E ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL NA INFÂNCIA

Educação e tempos livres são dois conceitos suficientemente amplos e polissémicos para se poder estabelecer entre eles relações múltiplas.

Por exemplo, poderíamos analisar o que têm de educativo algumas das actividades que as crianças realizam durante os tempos livres, como jogar com videojogos ou ver televisão. Também poderíamos estudar as instituições que, fora do ambiente escolar, oferecem actividades educativas para os tempos livres dos mais jovens, a partir de objectivos instrutivos e conteúdos muito semelhantes aos da escola. Estamos a referir-nos, entre outras coisas, aos estabelecimentos dedicados ao ensino de cursos de línguas, de informática ou às clássicas salas de estudo.

Os dois tipos de actividades citadas dirigidas ao público infantil contam com dois elementos comuns: têm lugar durante os tempos livres das crianças e em ambos

— apesar de forma indirecta no primeiro exemplo e intencional no segundo — aparece uma componente educativa. A primeira que daqui se depreende é a seguinte: quando nos referimos a este tipo de actividades, estaremos a falar de educação nos tempos livres?

Baseando-nos no sentido restrito dos termos, poderíamos responder afirmativamente. De facto, como assinalámos, ambos os exemplos apresentam actividades que têm lugar em tempos livres dos participantes com um sentido directa ou indirectamente educativo. Todavia, ainda podemos apresentar uma segunda reflexão: este tipo de intervenções fará parte do que entendemos por animação sociocultural na infância?

A nossa resposta agora não é a mesma. Quando falamos de animação sociocultural na infância, fazemos referência a uma concepção da educação nos tempos livres muito diferente da que pode derivar dos exemplos citados.

Na realidade, os tempos livres<sup>1</sup> são, unicamente, um referente temporal em que, como vimos, podem ter lugar acções educativas muito diferentes.

Para diferenciar a animação sociocultural na infância de outras actividades educativas que também têm lugar nos tempos livres, convém proceder, previamente, a uma série de precisões conceptuais.

Apesar de ser habitual falar de actividades de tempos livres infantis para referir as práticas educativas da animação sociocultural na infância, consideramos mais adequado falar de actividades de ócio infantil.

Entendemos o ócio<sup>2</sup> como uma forma de utilizar os tempos livres, que acentua o valor da liberdade em relação ao da necessidade e promove o prazer do indivíduo enquanto realiza uma actividade. Ou seja, o essencial no ócio não está na actividade em si, mas na atitude do indivíduo quando a realiza.

A animação infantil aproveita o potencial educativo do ócio para criar processos de desenvolvimento pessoal e social. Defende o valor da liberdade e não se preocupa em entreter ou distrair as crianças, ocupando os seus tempos livres com actividades educativas concebidas e conduzidas de forma restrita, nem também pretende servir-se dos tempos livres dos sujeitos para alcançar objectivos instrutivos.

1 Para aprofundar o conceito de tempos livres e, especificamente, o conceito de tempos livres infantis, ver J. Trilla (1993b): *Otras educaciones. Animación sociocultural, formación de adultos y ciudad educativa*, Barcelona, Anthropos, pp. 48-69.

2 Sem entrar nas possíveis definições do conceito de ócio, visto que ultrapassa o tema que nos interessa, consideramos interessante indicar quais são as características que o definem. O esforço sistematizador de J. I. Ruiz Olabuenaga (1994, pp. 1884-1885), que se baseia no estudo das contribuições de diversos autores, ajuda-nos a delimitar e a agrupar as características mais essenciais do ócio em quatro particularidades:

- a) O ócio está em relação directa com o tempo disponível que resta depois de cumprir as obrigações laborais ou escolares, sociais, etc., correspondentes.
- b) É formado por um conjunto de actividades específicas muito relacionadas com o mundo da diversão e do divertimento.
- c) Também faz parte do ócio uma série de experiências emocionais, formativas, de desenvolvimento pessoal, que o relacionam com o mundo da emoção.
- d) No ócio, verifica-se uma condição de iniciativa e de liberdade pessoais que acentuam o valor da autonomia e da liberdade em relação ao da necessidade.

Dirige as actuações para objectivos relacionados com o ócio, deixando à margem dos propósitos as iniciativas educativas desenvolvidas durante os tempos livres que perseguem outros objectivos. Para a animação sociocultural na infância, as actividades não são um fim, mas um meio com o qual se conta para atingir o objectivo último: educar no ócio.

## 2. A ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL NA INFÂNCIA E A PEDAGOGIA DO ÓCIO

Situámos a animação sociocultural na infância dentro do contexto das relações entre educação e tempos livres. Vamos agora analisar este tipo de intervenção como âmbito específico da animação sociocultural.

Quando falamos de animação sociocultural na infância, estamos a delimitar um âmbito da animação sociocultural dirigido a um colectivo específico, que identificamos utilizando o critério da idade.

Sob uma perspectiva geral, podemos afirmar que as características fundamentais deste tipo de animação são as mesmas que definem o estilo próprio deste género de animação no sentido mais amplo<sup>3</sup>.

A animação sociocultural na infância mantém, na sua forma de proceder, os princípios próprios que a animação sociocultural defende e só nos programas de intervenção, nas actividades e metodologias, encontraremos processos específicos e diferenciais, fruto, por um lado, do ajustamento às características e necessidades dos grupos destinatários da sua acção e, por outro, da estreita relação com a pedagogia do ócio<sup>4</sup>.

Esta trata das actuações educativas próprias da educação nos tempos livres, cujos objectivos estão directamente relacionados com o ócio. É o caso da animação sociocultural na infância, cujo objectivo último, como já assinalámos, é educar no ócio.

Não obstante, a pedagogia do ócio também trata de outras actividades educativas que, no âmbito dos tempos livres ou fora dele, pretendem formar o indivíduo para que viva o seu ócio da forma mais positiva. As ludotecas pretendem, entre outras coisas, favorecer o desenvolvimento integral da criança através da habilitação para o próprio prazer do ócio, mas também podemos pensar que a escola, durante o tempo de aulas,

3 Estamos a referir-nos às características da animação sociocultural que diversos autores identificaram neste campo com as suas contribuições conceptuais. Serve de exemplo a proposta de C. Armengol, que define o estilo da animação pelos seguintes traços: a importância da *participação* nos processos da animação, a *dimensão comunitária* e a acção a partir dos grupos, o *sentido globalizador* da intervenção e a *orientação para a mudança* como dimensão transformadora das suas finalidades (C. Armengol, 1993, pp. 34-35). O leitor interessado encontrará uma ampla análise do tema na obra de X. Úcar, *La animación sociocultural*, Barcelona, CEAC, 1992.

4 O leitor interessado encontrará uma análise extensa deste conceito nas obras seguintes: J. M. Puig e J. Trilla (1985): *Pedagogia del oci*, Barcelona, CEAC, e M. Cuenca (1995): *Temas de Pedagogia del ocio*, Bilbao, Universidade de Deusto.

deve preparar os alunos para um ócio recreativo que satisfaça. Nos dois exemplos — no âmbito dos tempos livres e fora dele no segundo — o objectivo da intervenção é a educação para o ócio.

Desta forma, a pedagogia do ócio incorpora, simultaneamente, elementos da educação *em* e da educação *para* o ócio. Por isso e seguindo a contribuição conceptual de J. M. Puig e J. Trilla (1985, p. 62), podemos concluir que o objecto da pedagogia do ócio é a educação *mediante* o ócio. Ou seja, a educação através de uma actividade ou de uma atitude no indivíduo que participa das qualidades próprias do ócio.

Partindo desta posição, parece-nos lógico identificar a animação sociocultural na infância como um âmbito específico da pedagogia do ócio<sup>5</sup>, juntamente com outras intervenções de educação mediante o ócio, dado que se dirigem aos jovens, às pessoas adultas ou às da terceira idade.

A figura 11.1 representa as relações comentadas entre a animação sociocultural, a animação sociocultural na infância e a pedagogia do ócio.

À margem das precisões conceptuais indicadas, parece-nos obrigatório prestar aqui uma atenção específica ao sentido essencialmente lúdico<sup>6</sup> da animação sociocultural na infância, ou seja, à sua ligação estreita e directa com a diversão.

Não pretendemos estudar a história da diversão, nem as distintas teorias que se desenvolveram sobre ela a partir de uma perspectiva educativa. Também não é objectivo deste trabalho, mas simplesmente queremos salientar a ideia de que a diversão é e deve

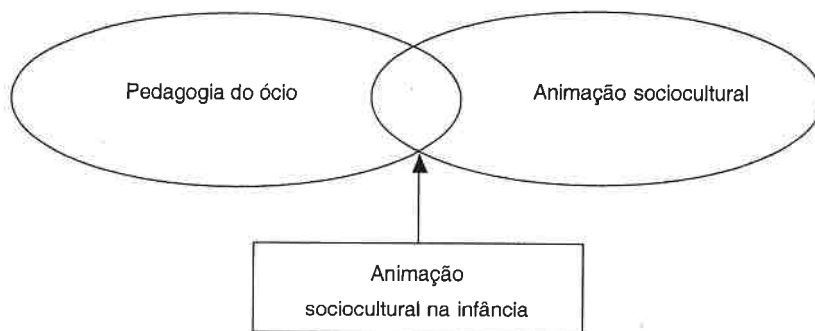


FIGURA 11.1

5 Não foi em vão que J. M. Puig e J. Trilla (1985, p. 146), ao reflectirem sobre as relações entre a pedagogia do ócio e a animação sociocultural, estabeleceram diferenças entre ambos os conceitos, mas também apresentam uma importante intersecção entre ambos. Sob o nosso ponto de vista, a animação sociocultural na infância é uma concretização da intersecção a que estes autores fazem referência.

6 Ao carácter eminentemente lúdico, também podemos acrescentar outras características da animação sociocultural na infância. Parece-nos adequado remeter o leitor para a contribuição que J. M. Quintana faz sobre o assunto através da descrição dos princípios gerais que, segundo este autor, servem de guia para os objectivos da animação infantil (Quintana, 1993, pp. 108-109); alegria, actividade, ordem, socialização, individualização, educação, expressão, participação e liberdade.

ser a actividade básica da educação no ócio infantil e, portanto, o eixo central das actuações próprias da animação na infância como âmbito da pedagogia do ócio.

M. López Matallana e J. Villegas (1995, p. 8) — estudiosos da diversão no âmbito dos tempos livres — definem-na como uma atitude, «uma forma qualitativamente distinta de abordar uma actividade», que se diferenciam daquilo que conhecemos como *jogos*, ou seja, as técnicas, canais, etc., que podem servir para divertir.

A diversão pode ser, para a animação infantil, um instrumento, mas é, sobretudo, um fim. Deve diferenciar-se aqui o sentido lúdico da animação infantil de outras utilizações educativas da actividade lúdica (como acontece, por exemplo, quando o jogo é utilizado como um elemento motivador da tarefa instrutiva). A animação infantil não se serve da diversão para trabalhar noutros objectivos instrutivos ou formativos. Esta animação terá como objectivo principal possibilitar que a criança possa brincar e que o faça em condições que permitam o seu desenvolvimento individual e grupal.

### 3. RECURSOS E ACTIVIDADES DA ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL NA INFÂNCIA

Desde o aparecimento das primeiras colónias de férias de Verão em princípios do século xx, a animação sociocultural incorporou muitos elementos novos na oferta educativa nos tempos livres infantis. Ao mesmo tempo, consolidou-se como âmbito específico da animação sociocultural: juntamente com as propostas sem fins lucrativos do voluntariado e a intervenção a partir das entidades públicas, cada vez são mais as pequenas iniciativas empresariais que oferecem actividades de educação nos tempos livres.

Seria errado pensar que este desenvolvimento da animação sociocultural na infância corresponde, unicamente, a um reconhecimento extenso dos tempos livres infantis como espaço educativo próprio. As transformações sociais e da estrutura familiar experimentadas nos últimos anos (com a inclusão da mulher no mercado de trabalho, por exemplo) geraram a necessidade de a educação nos tempos livres assumir algumas das tarefas que antes eram realizadas pela própria instituição familiar<sup>7</sup>.

Num sentido amplo, as actividades e os recursos da animação sociocultural na infância coincidem com muitos dos recursos e das actividades da educação não formal dirigidos, especificamente, ao público infantil: actividades extra-escolares (actividades de refeitório, colónias de férias, semanas culturais...); actividades e recursos de carácter cultural (actividades de animação infantil em museus, fundações culturais, bibliotecas...); actividades e recursos recreativos (parques temáticos, espaços de recreação ao ar livre...); instituições educativas especializadas que ofereçam actividades de educação nos tempos livres (clubes desportivos, grupos de teatro infantil, corais infantis, aulas de expressão...), etc.

7 J. Trilla (1993b, pp. 73-84) fala de dois tipos de funções dos espaços educativos não formais em relação à família e à escola: as funções supletivas e as funções de complementariedade.



Na secção seguinte, apresentamos uma compilação daqueles recursos e actividades da animação sociocultural na infância que contam com uma maior tradição e que consideramos mais representativos.

### 3.1. ACTIVIDADES E RECURSOS DE EDUCAÇÃO NOS TEMPOS LIVRES<sup>8</sup>

Incluimos aqui os movimentos, as instituições, associações, etc., que apresentam objectivos orientados para a educação nos tempos livres. Trata-se dos clubes infantis, dos centros de tempos livres, do movimento do escutismo, etc. A diversidade é uma constante neste tipo de instituições (há-as laicas e confessionais, algumas geridas pela Administração Pública e outras por entidades de voluntariado, etc.).

Independentemente do seu carácter (entidade de voluntariado ou Administração Pública, fundamentalmente), a sua finalidade última é a formação integral das crianças nos tempos livres e as actividades que oferecem (acampamentos, excursões, actividades desportivas, trabalhos etc.) costumam ser muito variadas e não têm fins lucrativos. Em termos gerais, a sua proposta educativa pode caracterizar-se por:

- Uma educação que parte das próprias crianças.
- A ênfase nos valores educativos da recreação e da vida quotidiana.
- A promoção da vida em grupo, a participação e o envolvimento pessoal.
- A presença e intervenção de um grupo de educadores.

Além das entidades ou instituições assinaladas, incluimos nesta mesma secção as ludotecas, dado que também oferecem actividades de forma continuada ao longo do ano. Mencionamo-las especificamente porque, diferentemente dos recursos anteriores onde encontramos diferentes tipos de actividades, as ludotecas giram em redor de uma actividade de ócio muito concreta como a diversão é<sup>9</sup>.

A ludoteca é um espaço especialmente adequado para o jogo infantil, onde os educadores desenvolvem projectos educativos baseados no jogo como metodologia de intervenção. Entre as suas actividades, podemos distinguir dois grupos diferenciados: as actividades diárias e as actividades especiais.

As primeiras normalmente combinam o jogo livre — em que o educador não intervém, mas possibilita as condições necessárias para se levar a cabo —, e as actividades de diver-

8 Apesar de considerarmos mais adequado falar de actividades e recursos de ócio, para manter a definição que tradicionalmente se tem usado, falaremos de recursos e actividades de educação nos tempos livres. Por outro lado, entendemos por actividades estáveis as actividades de educação nos tempos livres que se oferecem de forma contínua durante todo o ano, normalmente com horário semanal de funcionamento.

9 Apesar de se tratar de uma instituição especializada numa actividade de ócio determinada, como é a diversão, esta é entendida no sentido mais amplo. M. López Matallana e J. Villegas (1995, p. 11) escrevem sobre o assunto: «[...] as ludotecas inserem-se no âmbito dos tempos livres e educar nos tempos livres, especialmente durante a fase infantil, significa dotar as pessoas de técnicas e recursos que proporcionam experiências compensadoras em situação de grupo, a fim de lhes permitir autogerirem o seu desenvolvimento».

são quotidiana estruturadas — em que o educador intervém de forma directa —, que costumam organizar-se em redor de um centro de interesse determinado.

As actividades especiais, diferentemente das anteriores, têm lugar em momentos pontuais ao longo do ano e costumam consistir em aulas temáticas, visitas a outros recursos, excursões, festas, etc.

### 3.2. ACTIVIDADES EDUCATIVAS DE FÉRIAS

Este grupo faz referência às actividades educativas que têm lugar durante as férias escolares (Natal, Páscoa e Verão): acampamentos, colónias de férias, etc. Provavelmente, trata-se de uma das actividades de ócio infantil mais populares. Ao longo do respectivo desenvolvimento (a duração oscila entre uma semana e quinze dias), nos acampamentos, colónias de férias, etc., levam-se a cabo múltiplas actividades: de aventura, desportivas, aulas temáticas diversas, passeios de bicicleta, a cavalo, geralmente muito em contacto com o ambiente imediato em que a actividade tem lugar.

Porém, nem todas as actividades de férias supõem uma deslocação das crianças: as colónias urbanas ou os cursos de Verão, por exemplo, realizam-se no próprio ambiente da criança.

Também nem todas se organizam da mesma maneira. Muitas das instituições que levam a cabo actividades estáveis de educação nos tempos livres organizam as actividades de férias, dirigidas aos seus próprios grupos de crianças, como ponto final da actividade anual. Não obstante, também a Administração Pública, e cada vez em maior medida a iniciativa privada, oferecem actividades educativas de férias em que os participantes não são grupos formados previamente.

### 3.3. EQUIPAMENTOS E ACTIVIDADES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Actualmente, estamos a assistir ao desenvolvimento da educação ambiental como uma das estratégias básicas para a preservação do meio ambiente. Apesar de a sua grande importância ser recente, a educação ambiental tem sido um elemento básico nas práticas de animação sociocultural infantil<sup>10</sup>.

Desde o início que potenciaram o contacto directo da criança com o meio ambiente, natural ou urbano, possibilitando numerosas iniciativas educativas (educação mediante

10 Um exemplo é a origem das escolas agrícolas. Sendo um dos equipamentos escolares para a educação ambiental mais utilizados, tem as origens nos clubes de tempos livres e na realização de colónias infantis em núcleos rurais (Cañellas, 1994, p. 24). Não é de estranhar porque, quando se fala dos tipos de equipamentos para a educação ambiental, incluem-se os acampamentos e as colónias infantis como mais um equipamento.

o meio ambiente) imprescindíveis para alcançar o objectivo último da educação ambiental: educar em prol do meio ambiente<sup>11</sup>.

Esta relação estreita entre as práticas da animação sociocultural na infância e a educação ambiental reflecte-se, claramente, no escutismo ou movimento *scout*. A sua preocupação constatada pela problemática ambiental e a solidariedade e participação nas tarefas de protecção e melhoria do meio ambiente transformou a educação ambiental num dos pilares básicos do seu projecto educativo.

As possibilidades da educação ambiental vão mais além da educação meramente escolar. Talvez seja esta a razão pela qual muitos dos equipamentos e recursos para a educação ambiental, dirigidos maioritariamente à população escolar como complemento do trabalho da educação ambiental nas aulas, tenham aumentado o campo de actuação que envolvem actuações próprias da animação sociocultural na infância.

Alguns dos equipamentos e instalações para a educação ambiental que podem encontrar na animação sociocultural infantil outro espaço de intervenção são:

- *As escolas agrícolas*. Centros educativos, de carácter público ou privado que, servindo-se dos elementos próprios de uma exploração agrícola e de gado, têm como objectivo fundamental pôr as crianças em contacto com o meio rural e os recursos naturais que o rodeia. Além das actividades dirigidas à população escolar, também oferecem estadas durante as férias escolares. Entre as actividades, destacam-se as sessões sobre os cuidados a ter com os animais ou a confecção natural de alimentos.
- *As escolas da natureza*. Também se trata de centros permanentes dotados da infra-estrutura necessária para poderem oferecer estadas. O objectivo é possibilitar a aproximação a um meio concreto através de actividades no meio natural, como os passeios e as experiências de reconhecimento, ou no próprio centro, fazendo uso dos respectivos recursos (biblioteca, laboratório, materiais didácticos).
- *Centros de interpretação ambiental*<sup>12</sup>. Oferecem ao visitante actividades com várias horas de duração, principalmente informativas, fazendo uso de re-

11 A educação ambiental foi definida de maneiras muito diferentes, mas, na prática, existe unanimidade em aceitar que a finalidade última desta estratégia educativa é ajudar na resolução dos problemas ambientais, em definitivo, educar em prol da criança. Esta interpretação da educação ambiental supõe uma forma de entender a relação entre a educação e o meio ambiente. Como J. Sureda afirma (1990, p. 24): «[...] o meio ambiente não se inscreve apenas como meio educativo, como conteúdo dos programas escolares ou recurso metodológico, mas, além disso, apresenta-se como uma entidade em relação à qual as pessoas se devem guiar por um determinado modelo de conduta».

12 A interpretação ambiental é um dos âmbitos da educação ambiental não formal. Surge como disciplina e prática profissionais diferenciadas, em princípios do século XX, quando o Serviço de Parques Naturais dos Estados Unidos da América do Norte estabeleceu um tipo de actividades informativas e ou formativas para os visitantes dos parques nacionais. A interpretação ambiental tem lugar em contextos recreativos, destina-se ao público que, de forma voluntária, visita um ambiente determinado (natural, rural ou urbano) e as principais finalidades são, por um lado, ajudar o visitante a compreender este ambiente e, por outro, contribuir para a gestão e a conservação do mesmo.



ursos, como os meios audiovisuais, simulações, reuniões informativas, etc.

- *Centro de estudos urbanos*. Localizados em meio urbano, promovem actividades de conhecimento e investigação directa sobre o meio circundante imediato.
- *Passeios de educação ambiental*. Trata-se de um conjunto de recursos diversos, organizados em redor de um percurso determinado (num meio natural ou urbano), com a finalidade de conhecer aspectos distintos do meio ambiente. Os passeios utilizam recursos como monitores ou guias especializados, sinalizações, materiais didácticos complementares, etc.

#### 4. A ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL NA INFÂNCIA E A INDÚSTRIA DO ÓCIO

A tradição e a longa experiência da animação sociocultural na infância foram acrescidas pela presença, cada vez mais importante, de uma oferta que surge de um mercado em expansão. Trata-se de outras actividades de ócio infantil que se podem denominar como indústria do ócio.

Nasce a partir de um fenómeno tão quotidiano que não precisa de demonstração: a relação do ócio com a sociedade de consumo. São muitos os que viram, em determinadas actividades de ócio, um objecto de ocupação lucrativa — um negócio, em definitivo —, e passámos a falar da televisão, do cinema e dos espectáculos do turismo, da indústria dos brinquedos, dos parques de atracções, etc., como produtos de ócio.

No âmbito da animação sociocultural infantil, verificou-se uma rejeição constante quanto a este sentido consumista do ócio. É evidente que, tendo em conta os valores educativos do ócio que a animação infantil defende, parece lógico pensar que uma visão estritamente consumista do ócio não tem sentido. O consumo do ócio, entendido como uma actividade fundamentada na homogeneização e alienação da pessoa, entra em contradição com os valores de liberdade, autonomia e desenvolvimento pessoal amplamente defendidos pela animação sociocultural na infância.

Todavia, as mudanças a que a nossa sociedade assistiu nos últimos anos levam-nos a pensar que o actual sector do ócio não pode contentar-se com uma série de actuações ao serviço da participação associativa, do voluntariado e da educação no ócio.

Consideramos que a animação sociocultural na infância não pode nem deve esquecer o potencial da indústria do ócio. Estaria a afastar-se de uma realidade mais do que evidente: os tempos livres também existem como tempo de consumo. O volume de actividade da indústria do ócio demonstra que a procura persiste, para não dizer que aumenta todos os dias mais. A animação infantil, como actividade educativa no ócio, também tem o seu espaço nos tempos livres infantis, mas, gostemos ou não, é infinitamente menor da que dispõem, por exemplo, a indústria dos brinquedos ou os parques temáticos.

Por tudo isto, queremos aproveitar o espaço que resta para reflectirmos, ainda que de forma breve, sobre o papel desta indústria na animação sociocultural na infância.

QUADRO 11.1

<i>Em relação...</i>	<i>ASC na infância</i>	<i>Indústria do ócio infantil</i>
<i>Ao objecto da intervenção</i>	Educa mediante o ócio.	Consumo do ócio.
<i>À finalidade</i>	Dá prioridade a objectivos educativos.	Dá prioridade a objectivos de rendibilidade económica.
<i>À planificação da intervenção</i>	A partir da análise de necessidades dos sujeitos e da concepção de um modelo educativo.	A partir de um estudo do mercado e das possibilidades de exploração económica.
<i>Aos responsáveis pela intervenção</i>	Maioritariamente, entidades de voluntariado e instituições públicas.	Principalmente, entidades comerciais privadas.
<i>À avaliação da acção</i>	Dá prioridade a indicadores qualitativos.	Dá prioridade a indicadores quantitativos.

Na indústria do ócio, como acontece na animação infantil, as actuações também se regem por objectivos explícitos e intencionais. A diferença está em que estes não são necessariamente educativos. As actuações da indústria do ócio dão prioridade ao consumo de um produto, de uma actividade de ócio, com a intencionalidade última de obter uma rendibilidade económica, facto que não nega a possibilidade de esta actividade ser educativa.

Pensemos, por exemplo, nas pequenas iniciativas privadas dedicadas à planificação e gestão de actividades extra-escolares. Este tipo de pequenas empresas, sem esquecerem os princípios educativos da animação infantil, perseguem um objectivo claramente económico.

No quadro 11.1, apresentamos as principais diferenças entre a animação sociocultural na infância e a indústria do ócio infantil, mas queremos destacar que também existem importantes pontos de intersecção entre ambas.

O exemplo das pequenas empresas dedicadas à planificação e gestão de actividades extra-escolares a que nos temos referido constitui um destes possíveis pontos de intersecção, como também são as iniciativas privadas dedicadas à oferta de actividades de férias ou aos programas de educação ambiental fora da escola.

A animação sociocultural na infância, sem abandonar os princípios que regem a sua intervenção, pode encontrar na indústria do ócio um campo de actuação importante. É necessário fazer um esforço que permita novas leituras das possibilidades da relação entre ócio educativo e consumo.

## BIBLIOGRAFIA

- AA. VV. (1995): *Cap a la professionalització de l'oci. Aproximació sociològica a les activitats d'estiu*, Palma, Universidade das Ilhas Balears.

- ARMENGOL, C. (1993): *L'educador Social i la seva formació*, Barcelona, Claret.
- CALVO, A., e FERRER, M. (1995): «Les iniciatives educatives en el campo de l'oci a Balears», em M. X. March e J. Sureda (coords.): *Anuari de l'Educació i la Formació a les Illes Balears 1994*, Palma, Colònia, Caixa d'Estalvis de Pollença-Universidade das Ilhas Baleares, pp. 133-151.
- CANELLAS F. (1994): *Equipamientos e instalaciones para la educación ambiental*, Palma, Universidade das Ilhas Baleares.
- CUENCA, M. (1995): *Temas de Pedagogía del Ocio*, Bilbao, Universidade de Deusto.
- FRANCH, J., e MARTINELL, A. (1994): *Animar un proyecto de educación social. La intervención en el tiempo libre*, Barcelona, Paidós.
- LÓPEZ MATALLANA, M., e VILLEGAS, J. (1995): *Organización y animación de ludotecas*, Madrid, CCS.
- MARÍ, S. (1995): *Tat si plou com si fa sol. La vida quotidiana als compaments i colònies*, Palma, Di7 Grup d'Edició.
- PUIG, J. M., e TRILLA, J. (1985): *Pedagogia de l'oci*, Barcelona, CEAC.
- QUINTANA, J. M. (1993): *Los ámbitos profesionales de la Animación*, Madrid, Narcea.
- RUIZ OLABUENAGA, J. I. (1994): «Ocio y estilos de vida», em M. Juárez (dir.), *V Informe Sociológico sobre la situación social en España*, t. 2, Madrid, Fundação Foessa, pp. 1880-2073.
- SUREDA, J. (1990): *Guía de la educación ambiental*, Barcelona, Anthropos.
- TRILLA, J. (1993<sup>a</sup>): *La educación fuera de la escuela*, Barcelona, Ariel.
- (1993<sup>b</sup>): *Otras educaciones. Animación sociocultural, formación de adultos y ciudad educativa*, Barcelona, Anthropos.